

ÉTICA, MORAL E (IM)PARCIALIDADE DO AUDITOR E PROCURADOR DE CORTE DESPORTIVA

Hudson Luiz França Mancilha*

RESUMO: Este ensaio tem o afã de fomentar a discussão acerca da ética, moral e, sobretudo, da imparcialidade dos Auditores e Procuradores da Justiça Desportiva e suas implicações legais. O que tem se visto são manifestações intempestivas e pré-julgamento de processos em tramitação desses agentes desportivistas em seara “extra-tribunal”. Procura-se, de forma genérica, entender o porquê de tais atos, o que, por sua vez, ensejaria em declarações de impedimentos nas Cortes Desportivas.

PALAVRAS-CHAVES: Ética. Moral. Auditor. Procurador. Justiça Desportiva.

1. ÉTICA, MORAL E IMPARCIALIDADE DO JULGADOR

Ética e moral caminham lado a lado. É do dever ético-moral que o homem-médio se manifesta na sociedade. Não há confusão entre os institutos. O comportamento moral humano é estudado pela ciência da ética. A moral, por seu turno, tratará das regras de convivência e conduta previstas pela sociedade.

Nalini (NALINI, 2004,) diz que a ética “*é uma ciência que tem objeto próprio, leis próprias e método próprio*”. O objeto da ética é a moral que, por sua vez, é um dos aspectos do comportamento humano.

Como decorrência imediata desse teorema jurídico tem-se a imparcialidade. É, sem sombra de dúvidas, o princípio-mor do julgador. Havendo parcialidade, pode até existir o Direito, mas, certamente, não haverá Justiça. A segurança jurídica de uma lide tem, em um dos seus pilares, a imparcialidade do julgador, acobertada pela ética e moral

* Presidente do Instituto Sergipano de Direito Desportivo – ISDD. Defensor Dativo do Tribunal de Justiça Desportiva do Futebol de Sergipe. Especializando em Direito Desportivo pelo Instituto Ibero-Americano de Derecho Deportivo e em Direito Processual Civil pela PUC/SP. Membro da Academia Brasileira de Direito Processual Civil – ABDPC/RS. Membro da Comissão de Eventos Desportivos da OAB/SE. Sócio-diretor do Escritório MANCILHA Advocacia. Autor de artigos e livros voltados ao Direito Desportivo. Advogado.

daquele que se investe em poderes decisórios conferidos pela legislação. Piero Calamandrei (CALAMANDREI, 1996) escreve:

Para encontrar a justiça, é necessário ser-lhe fiel. Ela, como todas as divindades, só se manifesta a quem nela crê. Portanto, a sociedade não deve duvidar da função e competência do magistrado, devendo acreditar na justiça e o Juiz desempenhar suas funções buscando uma melhor distribuição de justiça, sem privilégios, na busca da igualdade de todos.

2. A ATUAÇÃO DO AUDITOR E DO PROCURADOR EM TRIBUNAIS DESPORTIVOS

Vencidas essas considerações propedêuticas, agora em outro prisma, esclarece-se que a Justiça Desportiva, com seus Auditores e Procuradores, não está inclusa no rol do art. 92¹ de nossa Carta Política, não fazendo parte do Poder Judiciário da República. No entanto, a constitucionalidade desta Justiça Especializada é manifesta no louvável art. 217 da Carta Magna, conferindo na sua atuação relevante interesse público prestado e desempenhado por aqueles que a integram.

Como Justiça paraestatal e conferindo-se jurisdição também àqueles que não compõe o Poder Judiciário, obviamente, devem seus auditores se investirem do manto da imparcialidade.

Corolário ao instituto mencionado, pode-se mencionar o princípio da impessoalidade (desportiva *lato sensu*), prevista no art. 2º, inciso V, do Código Brasileiro de Justiça Desportiva (CBJD)² vigente, que é exemplo clássico onde um auditor julgará aquele(a) denunciado(a) na respectiva Corte Desportiva da modalidade, independente de cor, credo, opção sexual, filosofia desportiva etc.

Aqui se chega ao ponto nevrálgico da questão. Manifestações específicas e públicas de auditores e procuradores sobre questões desportivas que ainda ingressarão no Tribunal Desportivo ou mesmo aquelas já em trâmite. Em ambos os casos, são fatos desportivos de notório destaque na imprensa especializada, dignos de verdadeiras “mesas redondas” e que atijam a curiosidade popular. Aí, reside o perigo.

Ainda no mesmo diploma processual desportivo, é pontual o artigo 18, inciso II, quando limita a atuação do auditor quando este “*se manifestar*,

específica e publicamente, sobre objeto de causa a ser processada ou ainda não julgada pelo órgão judicante". De igual forma, o artigo 22 impõe barreiras na atuação do procurador.

Processualmente falando, o CBJD não faz distinção entre os institutos da suspeição e impedimento, como se encontra no processo civil pátrio. O legislador desportivo unificou-os, chamando-os apenas do termo "impedimento".

O que se tem visto na mídia eletrônica, redes sociais, televisiva e a imprensa são opiniões, dos mencionados operadores jus-desportivistas, que deveriam, por imposição legal e dever ético-moral, merecer maiores ressalvas e resguardos e não expostas, às vezes, de forma demasiada ao público em geral.

Casos que envolvem grandes celebridades desportistas, lances e situações polêmicas de jogo (em especial, os decisivos), atuação de arbitragem, ou qualquer outra situação que esteja sob o julgamento do Tribunal Desportivo, devem ter suas controvérsias dirimidas sob o teto da Justiça Desportiva, entre seus Auditores, Procuradores e Defensores, e não sob os holofotes e microfones das mais variadas formas de comunicação.

Ocorrendo isso, ou seja, manifestações de auditores e procuradores, longe do habitat jus-desportivo, ensejar-se-ia em flagrante impedimento daqueles que proferiram o entendimento ora intempestivo. A segurança jurídica da questão desportiva sofre terrível abalo, invadindo o campo da parcialidade que ora navega o julgador e o acusador, fato este abominável em um Estado Democrático que preza por uma lúdima Justiça, quer seja a trabalhista, a penal, eleitoral, entre outras.

Mas o porquê dessas opiniões pré-julgadas em ambiente "Extra-Tribunal"? Tratando-se do futebol, como um esporte de massas, não se bastaria conter aos debates promovidos por canais esportivos e seus ditos especialistas? Afinal de contas, cada um teria uma opinião, uma visão diferente do mesmo jogo o que, apimentaria a discussão salutar do esporte preferido pelos brasileiros.

Em que pese o calor do debate, tal situação não se coaduna em uma Corte que, aplicando-se os "mínimos" princípios gerais do direito, permita que seus membros e agentes expressem as suas preferências em clubes, em jogadores e técnicos, de forma pública e notória, ferindo de morte os institutos jurídicos alhures defendidos.

Perguntamos mais. Seria uma forma direta de vaidade e autopromoção dessas pessoas? Por se tratar do esporte que, outrora tempos de guerra,

conseguia reunir povos beligerantes, reúne maior atenção de pessoas (até as pessoas não interessadas) e da imprensa, as luzes das máquinas jornalísticas clareiam a figura de pessoas desconhecidas do público em geral, dando, por mínimo de tempo possível que seja, a fama necessária. Quiçá seja esta a resposta?

Entrevistas, eventos em geral e noticiários são os locais preferidos para essas colocações que devem ser repelidas, combatidas e extirpadas pelo ordenamento jus-desportivo. Outro questionamento: Estaríamos na frente de uma vaidade ético-intelectual?

Luiz Cláudio da Silva Chaves³, presidente da OAB mineira, em seu artigo diz que:

A grande virtude do homem, em especial dos operadores do direito, é ter a consciência exata de suas aptidões e qualidades, sem perder jamais a humildade, bem como ter a convicção de suas limitações humanas, sem perder a autoestima. O segredo está no equilíbrio, atributo de bons juízes, delegados, promotores, advogados e serventuários da justiça. Deus propiciou ao homem exercer um ofício, uma habilidade, uma vocação. Na seara jurídica não é diferente, mesmo porque exercemos função pública relevante. Nesse ambiente, da justiça e do direito, o orgulho excessivo frustra expectativas, fere a lógica, cria desentendimentos e atrapalha a solução das lides. Trabalhamos, ou deveríamos fazê-lo com mais eficiência e destemor, com humildade, pela pacificação social.

Os Tribunais não devem acolher auditores e procuradores torcedores, de modo que se isto ocorrer, devem os mesmos se declararem impedidos para funcionar no feito, não devendo praticar mais nenhum ato no andamento processual, conforme verbera o §4º do art. 18 do CBJD⁴, ou as próprias partes pugnam pelo indigitado impedimento, consoante §1º do mesmo artigo.

O próprio CBJD já prevê a figura do Corregedor⁵ do Tribunal que seria a autoridade competente e revestida de poder correccional para resolver o imbróglio. Poder-se-ia sugerir a criação de um Código de Ética

do Auditor e do Procurador, em que cada Corte Desportiva teria o seu, prevendo a atuação nesses casos que estão se tornando mais corriqueiros no mundo jus-desportivo.

Mantendo-se o vício no processo e não resolvido a questão processual na Justiça Desportiva, ultrapassado todas as Instâncias e o prazo constitucional de sessenta dias, consoante prevê o artigo 217, §§ 1º e 2º da Constituição Federal, deve o Requerente buscar melhor apreciação do Poder Judiciário para definir a controvérsia.

Mas aí, já é outra conversa.

3. CONCLUSÃO

A função de auditor e procurador merecem destaques pelo papel e função constitucional dado a um Tribunal Desportivo. Com esse mister, a imparcialidade é algo que deve estar carregado no íntimo de cada profissional que se veja na condição de julgar e acusar algo, dentro, evidentemente, de seus limites materiais. A partir do momento, que o Auditor vê, ou seja, direciona tendenciosamente o seu olhar a uma das partes ou o Procurador se manifesta a público, enaltecendo suas teses acusatórias em detrimento das defensivas, o manto da imparcialidade se rompe e poderá acontecer de tudo, menos Direito, menos Justiça.

ETHICS, MORALS AND (IM)PARCIALITY OF SPORTS AUDITOR AND SPORTS PROSECUTOR OF COURT OF JUSTICE

ABSTRACT: This essay aims to develop the discussion about ethics, morals, and especially the impartiality of Sports Auditor and Sports Prosecutor for Justice Sport and its legal implications. What has been seen are manifestations untimely and pre-trial proceedings in progress on these agents desportivistas harvest “Extra-Court.” Looking up, in general, understand why such acts, which, in turn, would cause impediments in statements of Sports in the Courts.

KEYWORDS: Ethics. Moral. Auditor. Attorney. Sports Justice.

Notas

¹ Art. 92 - São órgãos do Poder Judiciário:

I - o Supremo Tribunal Federal;

I-A - o Conselho Nacional de Justiça;

II - o Superior Tribunal de Justiça;

III - os Tribunais Regionais Federais e Juízes Federais;

IV - os Tribunais e Juízes do Trabalho;

V - os Tribunais e Juízes Eleitorais;

VI - os Tribunais e Juízes Militares;

VII - os Tribunais e Juízes dos Estados e do Distrito Federal e Territórios.

² Editado pela Resolução ME/CNE nº. 1 de 23/12/2003, com redação alterada pela Resolução nº 29 de 10/12/2009, com vigência em janeiro de 2010.

³ <http://www.domtotal.com/colunas/detalhes.php?artId=877>

⁴ Art. 18. O auditor fica impedido de atuar no processo: (Redação dada pela Resolução CNE nº 29 de 2009).

I - quando for credor, devedor, avalista, fiador, patrono, sócio, acionista, empregador ou empregado, direta ou indiretamente, de qualquer das partes; (NR).

II - quando se manifestar, específica e publicamente, sobre objeto de causa a ser processada ou ainda não julgada pelo órgão judicante; (NR).

III - quando for parte. (AC).

§ 1º Os impedimentos a que se refere este artigo devem ser declarados pelo próprio auditor tão logo tome conhecimento do processo; se não o fizer, podem as partes ou a Procuradoria arguí-los na primeira oportunidade em que se manifestarem no processo.

§ 2º Arguido o impedimento, decidirá o respectivo órgão judicante, por maioria. (NR).

§ 3º Caso, em decorrência da declaração de impedimento, não se verifique maioria dos auditores do órgão judicante apta a julgar o processo, este terá seu julgamento adiado para a sessão subsequente do órgão judicante. (NR).

§ 4º Uma vez declarado o impedimento, o auditor impedido não poderá a partir de então praticar qualquer outro ato no processo em referência. (AC).

§ 5º O impedimento a que se refere este artigo não se aplica na hipótese de o auditor ser associado ou conselheiro de entidade de prática desportiva. (AC).

⁵ Art. 10. Compete ao Vice-Presidente:

I - substituir o Presidente nas ausências ou impedimentos eventuais e definitivamente quando da vacância da Presidência;(NR).

II - exercer as funções de Corregedor, na forma do regimento interno. (NR).

BIBLIOGRAFIA

CALAMANDREI, Piero. *Eles, os juízes, vistos por um advogado*. 2ª ed. São Paulo, pág. 4. Editora Martins Fontes, 1996.

MANCILHA, Hudson L F. *Coletânea de Legislação Desportiva e do Futebol*. 1ª Ed. 2012. Aracaju/SE. Editora Virtual Books.

NALINI, José Renato. *Ética geral e profissional*. 4ª ed. São Paulo, pág. 27. Editora RT, 2004.

CBJD – *Código Brasileiro de Justiça Desportiva*. 1ª Ed. 2012. Editora Juruá. Coordenadores: Paulo Cesar Gradela Filho, Paulo Bracks e Milton Jordão.

Na internet:

<http://www.domtotal.com/colunas/detalhes.php?artId=877>